XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS

ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

RUBENS BEÇAK

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

T314
Teorias da democracia e direitos políticos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UnB/UCB/IDP/UDF; Coordenadores: Armando Albuquerque de Oliveira, Rubens Beçak – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-204-0
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO E DESIGUALDADES: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Teorias da Democracia. 3. Direitos Políticos. I. Encontro Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Brasília, DF).

CDU: 34

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS

Apresentação

A publicação "Teorias da Democracia e Direitos Políticos" é resultado da prévia seleção de artigos e do vigoroso debate ocorrido no grupo de trabalho homônimo, ocorrido no dia 8 de julho de 2016, no XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, realizado na Universidade de Brasília entre os dias 6 e 9 de julho de 2016.

O grupo de trabalho Teorias da Democracia e Direitos Políticos teve o início das suas atividades no Encontro Nacional do CONPEDI Aracajú, realizado no primeiro semestre de 2015. Naquela ocasião, seus trabalhos foram coordenados pelos Professores Doutores José Filomeno de Morais Filho (UNIFOR) e Matheus Felipe de Castro (UFSC). No Congresso Nacional do CONPEDI Belo Horizonte, realizado no segundo semestre deste mesmo ano, coordenaram os trabalhos do Grupo os Professores Doutores José Filomeno de Moraes Filho (UNIFOR), Adriana Campos Silva (UFMG) e Armando Albuquerque de Oliveira (UNIPÊ /UFPB). Finalmente, no Encontro Nacional do CONPEDI Brasília, os trabalhos estiveram sob a coordenação dos Professores Doutores Rubéns Beçak (USP), José Filomeno de Morais Filho (UNIFOR) e Armando Albuquerque de Oliveira (UNIPÊ/UFPB).

O GT vem se consolidando no estudo e na discussão dos diversos problemas que envolvem a sua temática. Não há dúvidas de que mesmo após a terceira onda de democratização, ocorrida no último quarto do século XX, o mundo se deparou com uma grave crise das instituições da democracia e, por conseguinte, dos direitos políticos, em vários países e em diversos continentes. O atual contexto no qual se encontram as instituições político-jurídicas brasileiras ilustra bem esta crise.

Dessa forma, esta publicação apresenta algumas reflexões acerca das alternativas e proposições concretas que visam o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a garantia da efetiva participação dos cidadãos na vida pública. Assim, os trabalhos aqui publicados, sejam de cunho normativo ou empírico, contribuíram de forma relevante para que o GT Teorias da Democracia e Direitos Políticos permaneça na incessante busca dos seus objetivos, qual seja, levar à comunidade acadêmica e à sociedade uma contribuição acerca da sua temática.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP

Prof. Dr. Armando Albuquerque de Oliveira - UNIPÊ/UFPB

MULHERES E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1975-1988): INSERÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO COMO UM PASSO À DEMOCRACIA

WOMEN AND BRAZILIAN DEMOCRATIC TRANSITION (1975-1988): WOMEN INSERTION IN THE PUBLIC SPACE AS A STEP TO DEMOCRACY

Cárita Chagas Gomes [1]
Herleide Herculano Delgado [2]

Resumo

O regime autoritário brasileiro não resistiu à terceira onda de democratização, que trouxe a democracia como uma possibilidade real. Desse modo, a ditadura civil-militar, não obstante possuísse normas jurídicas repressoras àqueles que pudessem se insurgir contra o regime, sobretudo nos anos de chumbo, contou com um vasto leque de movimentos sociais e organizações que lhes fizeram forte oposição. O presente artigo busca analisar empiricamente, por meio de dados qualitativos, como as mulheres se inseriram no cenário público durante o período de transição democrática brasileira a partir das abordagens feministas, entre os anos de 1975 e 1988.

Palavras-chave: Transição democrática, Mulheres, Feminismo, Movimento de mulheres

Abstract/Resumen/Résumé

The brazilian authoritarian regime did not survive the third wave of democratization that brought democracy as a real possibility. Thus, the civil-military dictatorship, although havinglegal provisions forrepressing those who could rise up against the regime, especially in the “Years of Lead”, had a wide range of social movements and organizations that have made them strong opposition. This article seeks to analyze empirically, through qualitative data, how women placed themselves in the public arena during the Brazilian democratic transition from a feminist approach, between 1975 and 1988.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democratic transition, Women, Feminism, Women's movement

[1] Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba

[2] Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera. Professora da Fesp Faculdades. Membro do Grupo NUPOD/DGP-CCJ-UEPB.

1 INTRODUÇÃO

Que o Brasil não é um país para principiantes, isto já havia sido dito por Tom Jobim, mas como a realidade é sempre mais dura do que parece, o período de 1964 a 1985, suscita, ainda hoje, muitos questionamentos, principalmente pela acusação da presença de um limbo a-histórico. Controvérsias à parte, o que se verificou foi uma ditadura à brasileira, predicado este atribuído em razão do regime de feições tupiniquins tipicamente nacional que só se verificam nessa parte dos trópicos, que não obstante tenha características que lhe aproxima aos de outros países ainda lhe reserva certa peculiaridade.

O regime autoritário brasileiro, não obstante possuísse normas jurídicas repressoras àqueles que pudessem se insurgir contra ele, e outras que restringiam as liberdades civis dos cidadãos, principalmente nos anos de chumbo, contou com um vasto leque de movimentos sociais e organizações que lhes fizeram forte oposição.

A terceira onda de democratização trouxe a democracia como uma possibilidade real, influenciando, sobremaneira, aqueles movimentos em sua direção. A forma política até então instaurada, deixou de satisfazer aos interesses, logo, sendo questionada; pleitos em favor do retorno ao Estado de Direito passou a ser a palavra de ordem que se propagou, sobretudo, pelos ecos emanados da Carta aos Brasileiros nas arcadas da Faculdade de Direito da USP. A resistência se materializou na frente de luta pela deslegitimação da autoridade pública, isto é, o autoritarismo não mais satisfazia aos anseios sociais, como passava a ser alvo de repulsa.

A iminência da queda desse regime, deixando a ditadura de existir, constituindo, em seu lugar, a democracia, trouxe, nesse ínterim, a transição democrática. Esse tema tornou-se de crescente interesse no âmbito acadêmico, propiciando a proliferação de abordagens teóricas a respeito desse fenômeno. O motivo da atração, poder-se-ia questionar, tem resposta simples, caso se atente para o fato de que se trata de um processo que se reproduziu em cerca de cinquenta países, nas diferentes regiões do globo, desde 1970 até os dias atuais. Havia uma urgência na identificação das condições para a emergência do sistema democrático e, acima de tudo para a sua consolidação.

Há uma vasta coleção de estudos de casos que se debruçaram sobre a investigação da transição democrática, entrementes, a inclusão da mulher nesse processo como sujeito ativo ficou relegada ao segundo plano, quando ocorre; na maioria das vezes, verifica-se uma transcrição superficial ou apenas temática, nega-se a importância da militância feminina como fator de construção de um regime vindouro mais equitativo. Outrossim, é incomum a utilização das abordagens feministas como aporte teórico-metodológico nesses estudos.

Em resposta a essa lacuna, o presente artigo, busca analisar como as mulheres se inseriram no cenário público durante o período de transição democrática brasileira a partir das abordagens feministas, cujo recorte temporal será o período compreendido entre os anos de 1975 e 1988. Para isto, apresenta como objetivo a verificação do modo como as mulheres atuaram na esfera pública através da militância no movimento de mulheres e do feminismo de segunda onda no cerne da redemocratização.

A abordagem teórica metodológica adotada são as feministas. Em virtude de não caracterizar um pensamento uníssono, ao revés, abrangendo uma série de perspectivas dentro de um projeto, exige-se um tratamento plural. Todavia, não obstante a divergência de pensamentos, principalmente, em relação às razões das desigualdades existentes, há, contudo, convergência na sua identificação como teoria do poder e busca pelo combate da dominação masculina na perpetuação dos estereótipos de gênero. Acrescenta-se que a pesquisa enveredou-se por uma natureza empírica, baseada na observação e análise de seu objeto de estudo através de dados qualitativos obtidos em documentos históricos, textos legislativos, produções acadêmicas feministas e meios midiáticos impressos.

Este artigo está dividido em três partes: a primeira discute sobre as principais teorias da transição democrática; a segunda envolve a participação das mulheres no processo de redemocratização nacional; e finalmente, a terceira, apresenta a análise da atuação das mulheres em movimentos de militância durante a transição.

2 TEORIZANDO A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Por transição democrática compreende-se "(...) o período de duração extremamente variável, que transcorre entre a queda de um regime e a tomada de completo controle das redes do poder por parte do regime que vem a substituí-lo" (VIRTULLO, 2001, p. 53). Nesse ínterim "(...) a democratização avança "a prestação", conforme atores coletivos, cada um dos quais com preferência por um modo distinto de governo ou de configurações institucionais acordam entre si uma série de compromissos mais ou menos duradouros" (O'DONNELL; SCHMITTER,1988, p. 69).

A transição para os regimes democráticos na terceira onda, pode ser explicada por cinco fatores, de acordo com Huntington (1991, p. 45-46). O primeiro relacionado a uma crise de legitimidade no regime antecessor a transição, sobretudo, ocasionada por uma ampla aceitação em nível global dos valores democráticos, acrescido a uma dependência desses regimes a uma legitimidade de desempenho, que apresentou falhas e problemas econômicos

agravados pelas crises do petróleo dos anos de 1973-1974 e de 1978-1979. O segundo proveniente de altos índices de crescimento econômico nos anos sessenta, que possibilitaram a elevação do padrão de vida, a expansão das classes médias urbanas e o aumento do nível educacional. O terceiro associado às mudanças marcantes na doutrina e nas atividades da Igreja Católica manifestadas no Concílio Vaticano II entre os anos de 1963 a 1965, além de uma transformação nas igrejas nacionais que se uniram aos opositores do regime na defesa de direitos e na propositura de reformas políticas, sociais e econômicas. O quarto concernente as mudanças nas políticas de importantes atores externos, entre elas a nova atitude da Comunidade Européia no final dos anos 60 que promoveu uma abertura buscando aumentar o número de membros; a adoção de políticas de promoção dos direitos humanos e da democracia pelos Estados Unidos a partir de 1974; e as profundas mudanças patrocinadas por Gorbachev na União Soviética representadas pela *Glasnost* e pela *Perestroika* na década de 80 (OLIVEIRA, 2010, p. 53). E o último, a ocorrência do fenômeno que o autor denominou de *snowballing*, isto é, um efeito cascata de estímulo e motivação ao caminho da democratização, que ganhou publicidade através dos novos meios internacionais de comunicação com as primeiras transições para a democracia vivenciadas pela terceira onda.

Outrossim, conforme salienta Oliveira (2010, p. 52) os processos de transição da democracia, igualmente como os de consolidação, apresentam definição intimamente relacionada à concepção que se atribui à regime democrático. Desse modo continua afirmando que concepções procedurais submínimas estão propensas a aceitar aqueles processos de modo mais restrito se comparado as definições procedurais mínimas. Não obstante transição e consolidação democrática sejam temas interligados, em virtude da fragmentação periódica que se analisa no presente estudo, entre 1975 a 1988, dar-se-á prioridade aos aspectos relacionados ao primeiro processo.

A transição democrática não é um procedimento uniforme, mas consoante salientou O'Donnell (1987, p. 9) é composta por dois momentos; praticamente como se houvessem duas em apenas uma. E como isso seria possível? O escritor afirma que o problema reside justamente nessa duplicidade, pois há um fracionamento evolutivo. Não se dorme autoritário[1], acordando-se democrático, mas antes existe uma primeira etapa em que um regime ou governo autoritário progride para uma situação democrática; e a segunda, em que tal

[1] Adota-se a caracterização de sistema autoritário, também chamado de ditadura, por Przerworski (1984, p. 36), sem adentrar em uma discussão geral, para quem o traço essencial deste regime "(...) é que alguém tem a capacidade efetiva de evitar consequências políticas contrárias a seus interesses. Esse "alguém" pode ser uma pessoa (o líder), uma organização (as forças armadas, por exemplo), a polícia, o partido, a burocracia, ou mesmo algo menos facilmente identificável, como uma "panelinha" de grupos e indivíduos".

perspectiva democrática possa vir a se tornar um regime democrático consolidado, ao menos é o esperado. “Existe um complexo relacionamento de continuidade e descontinuidades entre a primeira e a segunda transição” (VALENZUELA, 1990, p. 2), o que implica em dizer que não há precisão linear cronológica de acontecimento entre ambas, mas como destacou Oliveira (2010, p. 55) podem se realizar conjuntamente e integralmente, hipótese em que refletirá a consolidação democrática, ou parcialmente e mesmo não se efetivando quaisquer das duas.

Em oposição a essa divisão bipartida, Bermeo (1992, p. 273) identifica três etapas: o início da dissolução do regime autoritário, a criação da democracia e a consolidação do novo regime. Ocorre, porém, que por se entender a consolidação democrática como um processo decorrente da transição, esta divisão torna-se desinteressante e mesmo desapropriada.

Há igualmente uma classificação tipológica sobre o processo de transição, que poderá ocorrer através de dois casos bem distintos: transição por colapso, ou transição por meio de transações ou negociações (O’DONNELL, 1987, p. 9-10). O liame entre essas duas trajetórias é o resultado da condução da economia; se com fracasso, dá origem a transições rápidas e com pouca condição participativa dos indivíduos que dela interagem a se oporem as regras do jogo, em que a repressão corroeu internamente sua própria sustentação, a exemplo do primeiro caso; e se bem sucedido, resulta transições pactuadas e normalmente longas em virtude da possível maleabilidade, como no segundo.

O processo de democratização brasileiro configura-se como uma transição negociada, cabendo sua iniciativa ao regime, todavia, ele provocou um processo de mudança cuja amplitude fugiu ao controle do autoritarismo, graças ao estabelecimento de uma incompatibilidade manifesta entre as instituições políticas em declínio e a sociedade emergente (ARTURI, 2001, p. 17; ALMEIDA, 2011, p. 30).

Przerworski (1984, p. 37) chama atenção ao fato de os regimes autoritários passarem periodicamente por experiências denominadas genericamente de liberalização (ou *odvilsh*, degelo, abertura ou descompressão), que representam uma abertura controlada do espaço político influenciada pela compatibilidade entre as consequências políticas e os interesses e valores do aparato daquele poder.

> “A liberalização é uma situação – ou quando envolve diversos estágios, um processo – de instituição de liberdades civis, entre as quais o direito à associação independente e o direito de criar organizações políticas através das quais os conflitos possam ser canalizados de modo aberto, sem transformar, no entanto, o aparato de poder e sem atingir sua capacidade de controlar as consequências *ex post*” (PRZERWORSKI, 1984, p. 37).

É perceptível nessa conceituação que não obstante o aparato de poder dominante conserve intacta sua capacidade de intervenção, há uma permissão para algum tipo de organização política e interação de interesses, o que resultaria em uma democracia tutelada, isto é, "(...) um regime com instituições competitivas, formalmente democráticas, mas no qual o aparato de poder, neste momento reduzido às forças armadas, detém a capacidade de intervir numa situação indesejável" (PRZERWORSKI, 1984, p. 37). Desse modo, outra conceituação se torna relevante, uma vez que diferente daquela, a democratização, como sendo "(...) o processo de submeter todos os interesses à competição da incerteza institucionalizada. É, portanto, exatamente esta transferência do poder por sobre os resultados que constitui o passo decisivo em direção à democracia" (PRZERWORSKI, 1984, p. 37). Assim, há uma transferência do poder, que deixa de pertencer a um grupo de pessoas, passando para um conjunto de regras. Parafraseando Przerworki (1984, p. 36-37) o apego às incertezas conduz a democracia, posto que a imprevisibilidade de quem sairá vencedor, proporciona uma competitividade não manipulada, que leva a todos submeterem seus interesses à competição e à incerteza, não obstante seja possível a formulação de prognósticos aceitáveis.

3 TRANSIÇÃO E MOVIMENTO DE MULHERES

Os anos 70 trouxeram uma nova fisionomia aos movimentos sociais, favorecida pelo ciclo expansivo da economia brasileira e pelo processo de crise da ditadura militar (SADER (Org.), 1987, p. 7). A oposição ao regime instaurado se materializou na frente de luta pela deslegitimação da autoridade pública, isto é, como uma "(...) recusa ao autoritarismo no nível do regime e como crítica à política econômica dos últimos governos militares" (DOIMO, 1995, p. 69).

A maioria dos movimentos sociais brasileiros, em sua composição, durante o período transicional, apresentavam uma base notadamente popular, assim, reunindo setores populacionais afetados diretamente em suas condições de vida. Todavia, essa identificação não lhes confere homogeneidade, pois muitos deles se organizaram a partir da percepção de carências, que nas palavras de Durham (1984, p. 26-27) se definiria como coletividade possível.

> "(...) Os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e com amplitude diversa) em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da percepção de carências comuns (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto). É a

> carência que define a coletividade possível dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento" (DURHAM, 1984, p. 27).

Percebe-se que a militância emergente dessas coletividades organizou-se, como no caso do movimento feminista, consubstanciando-se em diferentes níveis de atuação no cerne do modo de vida e não tão somente com vistas à carência de serviços públicos pela precariedade ou ineficiência. As manifestações atinentes exclusivamente ao proletariado, logo referentes à reprodução da força de trabalho são preteridas em razão de outras de caráter sócio-culturais, que nesse momento se demonstraram mais urgentes, como no caso do feminismo, que traz o patriarcado perpetuado nas instituições e na sociedade como um problema que carece de solução imediata.

O cenário da transição democrática nacional que volveu o autoritarismo à democracia revelou a aproximação de um vasto leque de movimentos sociais e organizações em direção a esse processo. Nesse contexto, merece destaque a mobilização das mulheres, que ao buscarem na perspectiva de gênero um caminho para o desenvolvimento de suas próprias agendas, acabaram por desempenhar um papel salutar na efetivação da redemocratização brasileira (VITERNA; FALLON, 2008, p. 671; BALDEZ, 2003, p. 253).

O início da transição verifica-se com a liberalização, ou seja, no momento em que os dirigentes declaram a intenção de promovê-la, doravante são acreditados pelos atores políticos centrais, por conseguinte os cidadãos reconquistam os direitos formais elementares. A partir disto, há uma tendência multiplicadora de erupção de focos de descontentamento e contestação ao regime (ARTURI, 2001, p. 17; O'DONNELL; SCHMITTER, 1988, p. 25-26). No Brasil, esse período se sucedeu no final de 1974, com a proposta de uma distensão política lenta, gradual e segura pelo governo Geisel. Com efeito, essa abertura formulada com intervalo de poucos dias da posse do novo presidente, não foi bem recepcionada, pelo contrário, enfrentou muito ceticismo, tanto da oposição como da sociedade, principalmente pelo fato de seus antecessores terem deixado uma expectativa de restauração sem concretização do regime democrático (ARTURI, 2001, p. 18). As estratégias política e econômica, embora decorrentes de uma forte entropia do sistema, pelas incertezas sociais, a começar pelo crescimento industrial e pela carência de apoio ao governo, envolviam a superação da "(...) extrema rigidez do quadro político e os riscos de uma "degeneração fascistizante" inerentes ao sistema de poder do governo do general Emílio Garrastazu Médici" (ALMEIDA, 2011, p. 32).

O pontapé inicial da distensão adveio com as eleições realizadas em novembro de 1974, ocasião em que o governo demonstrou ampla aceitação dos resultados das urnas, não

obstante tenha ocorrido vitória da oposição na votação para o Senado o que, todavia, não se reproduziu na Câmara, em que manteve a maioria. Geisel manteve um controle quase absoluto sobre o campo político-institucional por meio da permanência dos poderes ilimitados do AI-5 e da maioria parlamentar, nos primeiros anos de governos, conquanto, tenha havido conquistas relevantes (Idem, Ibidem, p. 32). Essa circunstância despertou a atuação dos mais diversos movimentos da chamada sociedade civil, que aos poucos foram criando "(...) constrangimentos não formais, porém eficazes, ao exercício do poder" (LAMOUNIER, 1985, p. 131).

As mulheres enxergaram nesse momento inicial, sobretudo as feministas, uma possibilidade de atuação em espaços não-tradicionais, graças à supressão das formas convencionais da atividade política durante o regime civil-militar, logo possibilitando a emersão de diferentes formas de participação. Os partidos políticos e os sindicatos, espaços de dominação masculina, sofreram forte repressão do governo, o que permitiu às mulheres desenvolverem novos estilos de engajamento político, ocorre, porém, que não obstante tenha havido uma forte expansão inicial, a posteriori, com a mudança de conjuntura encolheram, sobretudo, com a reconquista do controle dentro da arena política dos partidos (BALDEZ, 2003, p. 258).

O interesse das mulheres, com a tomada do poder pelos militares, pode ser agrupado, principalmente, em torno de três questões: violação de direitos humanos, subsistência econômica e, direitos das mulheres. Todavia, tais preocupações incorporaram a agenda de mobilização do movimento de mulheres que, pela sua formação e propósitos, não podem ser consideradas propriamente feministas, uma vez que não procuravam a alteração da condição da mulher, porém almejavam transformações em aspecto global, que também, mas não unicamente, as alcançaria.

As abordagens feministas não são inseridas na pauta das mulheres imediatamente, ao revés, provém do contato que muitas militantes de esquerda adquiriram com o feminismo internacional durante o período em que passaram exiladas. As mulheres que entraram em contato com o feminismo na Itália e na França convenceram a si e a outros da possibilidade de criação do movimento feminista em meio a uma cultura predominantemente católica como a do Brasil. Assim, retornaram com idéias inovadoras que impactaram tremendamente as organizações de mulheres já existentes. O ano de 1975, que se consagrou como o Ano Internacional da Mulher por decisão da ONU, repercutiu positivamente no cenário nacional através da criação de vários grupos dedicados a promover a conscientização da condição da

mulher, com crescente ascensão durante toda esta década. O feminismo brasileiro deixava o privado para adentrar no cenário político.

O auge dos protestos do movimento feminista ocorreu, sobretudo, no ano de 1979, no cerne dos conflitos entre os líderes políticos da oposição, que resultou em um novo realinhamento do sistema partidário. O lapso temporal entre 1965 e 1979 foi marcado pelo bipartidarismo, representado pelos partidos políticos ARENA e MDB, que correspondiam, a aliança ao governo, e a oposição, respectivamente. Nessa mesma época, o maior símbolo do regime civil-militar, o AI-5, foi extinto por Geisel, e junto se ia o instrumento jurídico que lhe permitia alterar unilateralmente as regras do jogo político. Doravante, a transição adquiriu uma dinâmica própria, ao passo que as primeiras medidas liberalizantes outorgadas integraram as novas regras do jogo político, inviabilizando um recuo institucional, "(...) sob pena de desmoralizar os partidários do projeto de liberalização e minar sua 'legalidade autoritária'" (ARTURI, 2001, p. 18).

A oposição colocou em sua agenda as questões das mulheres nas eleições de novembro de 1978 em decorrência da forte campanha realizada por aquelas, o mesmo, todavia, não se verificou em outros canais como sindicatos e partidos. As mulheres vislumbraram na comemoração do dia internacional da mulher, em março de 1979, uma excelente oportunidade para reunir grupos de diferentes origens, assim, o evento, intitulado Congresso da Mulher, realizado em São Paulo, agrupou em torno de mil mulheres, de grupos de moradores, sindicato de mulheres, organizações feministas, associações profissionais, clube de mães, etc. No mês subsequente, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a I Conferência Nacional de Mulheres. Esses eventos, de um modo geral, evidenciaram o poder de mobilização das mulheres; além disso, havia uma forte frente de resistência ao regime civil-militar, que alcançou identidade por meio do desenvolvimento de um movimento cada vez mais politizado, conglobante de todas as classes sociais, raças e ideologias; capaz, finalmente, de enfraquecer a dicotomia entre o público e o privado.

O general João Figueiredo, que assumiu a presidência após seu antecessor Geisel, ficou com a incumbência de "(...) aprofundar a liberalização do regime e, como parte de sua estratégia de transição, passar o poder ao término de seu mandato, em 1985, a um político civil proveniente do partido do regime" (ARTURI, 2001, p. 18). Ergue-se, desde então, o próximo passo, o caminho da democratização, compreendido como um "(...) conjunto de processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios", podendo ser, de igual modo, expandidos, para envolver indivíduos que não gozavam desses direitos e nem a eles

estavam submetidos por obrigações ou, ainda, abranger instituições que não contemplavam a participação cidadã (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988, p. 25-26).

Embora o I Congresso de Mulheres tenha trazido certa unidade ao movimento de mulheres, com a proliferação das organizações na década de 1980, isso se perdeu. A instituição do multipartidarismo em novembro de 1979, que adveio mais como uma jogada do governo com o intuito de enfraquecer a oposição, o que na prática não se verificou, houve a criação de cinco novos partidos: o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT). Os partidos nascentes travaram um embate pelo apoio das organizações de mulheres, o que refletiu positivamente em uma empatia entre a população e o movimento das mulheres, convergindo na organização da defesa dos direitos das mulheres. A oposição cortejou ativamente o apoio tanto do movimento de mulheres, em suas diversas organizações, como o movimento feminista, o que refletiu diretamente na participação eleitoral e na resistência à ditadura. Algumas reivindicações das mulheres foram incluídas nas pautas dos partidos, o que não obstaculizou, contudo, a fragmentação das mulheres em pleitos partidários específicos (BALDEZ, 2003, p. 260-261).

A oposição conquistou relevante vitória nas eleições de 1982, principalmente pelo controle dos três Estados mais influentes do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; através de novos governadores eleitos e numerosas bancadas, tanto no Congresso Nacional como nas assembléias legislativas. Esse período também envolveu a frustrada tentativa das Diretas Já, no entanto, possibilitou a negociação da eleição indireta de Tancredo Neves e a Nova República (ALMEIDA, 2011, p. 27-28).

A Bancada Feminina, com um total de 26 integrantes, no Congresso Nacional, componente da Assembléia, contribuiu sobremaneira para a promulgação da nova Carta Magna de 1988 (PINTO, 2003, p. 73). O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoveu uma campanha nacional sob o slogan: Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher, envolvendo um trabalho conjunto de diversos grupos feministas que culminou na produção de um documento intitulado Cartas das Mulheres, que abordou não só pleitos antigos, mas questões urgentes como a violência doméstica e a legalização do aborto.

Nota-se, finalmente, pelo exposto, que no processo de transição democrática três fatores impulsionaram a mobilização das mulheres: "(...) *organizational networks, direct contact with international feminism, and exclusion from the process of decision making within the opposition*" (BALDEZ, 2003, p. 255). Desse modo, a contribuição ocorreu tanto através de uma declarada oposição ao regime autoritário, como na busca pela transformação da

subjugação da condição da mulher. A maior integração participativa e redução das diferenças são propiciadas pela conquista de direitos que antes lhes eram negados e retritos aos homens; outrossim, as questões de gênero passam a incorporar o ambiente público em novos espaços de discussão, contribuindo fortemente para a ampliação da cidadania e, assim, fortalecendo o regime democrático.

4 MULHERES EM MOVIMENTO (1975-1988)

O ano de 1975, considerado como o Ano Internacional da Mulher pela ONU, trouxe ao Brasil o ressurgimento de movimentos, com características nitidamente feministas, organizados por mulheres. Em curto período de tempo, o país se viu ocupado por vários grupos, principalmente entre o eixo Rio e São Paulo. No primeiro, com o Centro da Mulher Brasileira, a Sociedade Brasil Mulher e o Coletivo de Mulheres; e no segundo, com o Nós Mulheres, que posteriormente se dissociou dando origem à Associação de Mulheres, ao Centro da Mulher e à Sociedade Brasil Mulher. Desencadeou-se, paralelamente a essa atividade militante e organizada, uma produção científica no âmbito da academia, desenvolvida a partir do interesse de muitas profissionais ligadas aos setores de pesquisa universitária acadêmica sobre questionamentos a respeito da condição da mulher.

É importante destacar um traço peculiar da realidade brasileira que permeou todo o feminismo de segunda onda, tanto o antecedendo, como convivendo com o seu desenvolvimento ; a presença do movimento de mulheres, sobretudo, entre as classes médias e populares. A despeito de algumas teóricas como Schmink (1981, p. 115) e Sarti (2004, p.1) identificarem tais militâncias como pariformes, discorda-se de tal pensamento, filiando-se ao entendimento de Pinto (2003, p.43), para quem aqueles se constituem movimentos distintos, uma vez que apresentavam perspectivas dissonantes. Enquanto o feminismo essencialmente discute a situação de opressão das mulheres em virtude da propagação das estruturas patriarcais nas relações de gênero; o movimento de mulheres não promovia qualquer indagação a respeito da submissão, porém considerava a sua condição per si, no âmbito privado, como dona-de-casa, esposa e mãe, para intervir na esfera pública, a exemplo dos movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre outros.

A impossibilidade imediata de identificação do movimento de mulheres como feminista, tanto em sua formação como em seus propósitos, deriva da falta de preocupação de uma mudança nos papéis atribuídos às mulheres na sociedade, ou seja, carecia de uma proposta ideológica que buscasse reverter à marginalidade feminina. Entretanto, com o

decorrer dos anos, a distância que os separavam tendeu a diminuir, ocorrendo uma verdadeira apropinquação entre eles. Desse modo, "(...) se o primeiro muitas vezes se aproximava inicialmente apenas para se utilizar de serviços promovidos pelo segundo, suas integrantes, a partir da aproximação, passavam a problematizar a própria condição de mulher" (PINTO, 2003, p. 44-45). No mesmo sentido, Soares (1998, p. 46) observou que:

> "(...) As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas".

Embora haja esse encontro, as causas que deram origem a esses movimentos são diferentes. O ressurgimento do feminismo no país aparece como resultado da resistência das mulheres ao regime civil-militar, após a frustrada derrota da luta armada e com o sentido de elaborá-la política e pessoalmente. Assim, conduzindo o seu desenvolvimento à solução de um dificílimo paradoxo: "(...) ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês" (PINTO, 2003, p. 45).

A dupla face do problema enfrentado pelo movimento feminista remonta a dificuldade em conciliar a luta da transformação das relações de gênero com a defesa das questões sociais. O reconhecimento da identidade feminina enquanto um ser mulher, que problematiza a própria condição de sê-la em virtude da conscientização da reprodução de estereótipos relacionados aos papéis do sexo biológico como algo construído, devendo ser desnaturalizado, levou a reflexão sobre o campo de atuação da militância. O perfil da mobilização feminina de esquerda de outrora, restrita a defesa das desigualdades sociais, deixou de ser suficiente. Nesse contexto, a desigualdade passa a ser analisada sob dois prismas: o primeiro, muito presente nos partidos de esquerda, que conglobam a universalidade da desigualdade; e o segundo, a própria dificuldade de identificação de um padrão de mulher, posto a existência de peculiaridades quanto à raça e condição socioeconômica. Pinto (2003, p. 46) traça o perfil do movimento feminista brasileiro:

> "(...) é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados".

Essa dicotomia entre lutas gerais e lutas específicas, assim como verdadeiramente feministas e não-feministas, repercutiu nas narrativas fundadoras do feminismo nacional (PEDRO, 2006, p. 1).

Ambos os movimentos, feministas e de mulheres, atuaram na resistência política contra as leis de exceção e práticas antidemocráticas, registrando uma expansão em direção aos setores populares, com fortalecimento e ampliação do clube das mães, associação de donas-de-casa e dos movimentos de lutas por creches.

> "(...) São grupos diferentes, por sua origem e concepção da questão feminina. Mas que têm trabalhado juntos em diversas ocasiões, na luta pelas causas comuns. Feministas ou femininos são grupos que se definem claramente e pode-se dizer que isto é o que os unifica – pela necessidade de lutar pela democracia e pela emancipação da mulher" (NÓS MULHERES, 1978, p. 4).

Estava-se diante da plurificação da mobilização, que reuniu as mulheres por esta condição, com a consciência de que possuíam uma situação especial. Vivia-se em uma sociedade em que eram vistas como seres inferiores e recebiam funções diretamente relacionada ao sexo que pertenciam, seja como mães, prostitutas ou iscas para venda de produtos comerciais (NÓS MULHERES, 1978, p. 4).

O feminismo, enquanto ideologia restringiu-se, apenas, a um setor do movimento de mulheres; justificativa para esse comportamento é dado por Sarti (1998, p. 7), para quem a prioridade de combater o autoritarismo e as desigualdades existentes no país relegou ao segundo plano a problemática feminista.

A necessidade de união, identificada por Moema Viezzer em seus estudos, deu-lhe a ideia de criar uma entidade reconhecida e com personalidade jurídica, com sede em São Paulo, em 1980, denominada Rede Mulher, para "(...) promover a comunicação direta entre os grupos feministas e de mulheres existentes não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina" (MULHERIO, 1987, p. 19). Buscava-se conscientizar as mulheres para que pudessem compreender as suas realidades, e assim assumir o controle de suas organizações e movimentos. A Rede se empenhou em realizar cursos, encontros, oficinas e intercâmbio entre diferentes grupos e movimentos de mulheres, sem limite regional. O projeto Nós e a

Constituinte representou o interesse da Rede em participar da nascente Constituição de forma consciente e organizada.

Outra forma de atuação das feministas concretizou-se por meio da criação de conselhos e até de ministérios, que se ocuparam exclusivamente das questões referentes à mulher. Ocorre, contudo, que essa atividade nunca representou uma ideia consensual no interior do movimento, quer em âmbito nacional ou internacional. O principal receio era a perda de autonomia do movimento em relação aos partidos do governo, por isso "(...) as resistências à incorporação do tema à pauta oficial dos governos e, mais do que isso, às instituições no interior do aparato do Estado" (PINTO, 2003, p. 69). Adicionava-se a essa conjuntura, oposição do setor radical do movimento feminista, que por lutar por transformações profundas nas relações de poder, acreditava na impossibilidade de colaboração entre o movimento e o Estado.

Afora essas controvérsias, tal alternativa, incorporada à militância das feministas nas instâncias governamentais representou, sobremaneira, a necessidade de inovação das formas de se fazer política. Havia a urgência de conquistas de outros espaços para a realização de mudanças que assegurassem a igualdade de oportunidades para as mulheres. E a institucionalização acabou acontecendo. O movimento feminista entrava em uma nova fase. "(...) Pela primeira vez no Brasil, existe a possibilidade concreta de viabilizar reivindicações do movimento de mulheres, fruto do crescimento do feminismo e do trabalho das mulheres organizadas em torno da Assessoria que montou o Plano de Governo do PMDB" (MULHERIO, 1983, p. 12). A concretização passou pela vitória do PMDB em alguns estados, em 1982, principalmente pela eleição de Franco Montoro pelo estado de São Paulo, "(...) onde o movimento feminista era bastante organizado e tinha algumas figuras de projeção nacional nas áreas da cultura, da política e da academia" (PINTO, 2003, p. 70). O governador recebeu de um grupo de mulheres do PMDB a proposta de criação do conselho que foi oficializado por um decreto em 4 de abril de 1983.

> "Uma política de profissionalização, emprego e saúde da mulher, uma política quanto a creches; uma política que enfrente a violência específica à qual as mulheres tão sujeitas; e uma política cultural que provoque a mudança da imagem da mulher difundida pelos meios de comunicação, livros didáticos e outros setores, que reforçam preconceitos e discriminações – essas são as propostas em torno das quais o Conselho está elaborando seu Plano de Ação" (MULHERIO, 1983, p. 12).

Nota-se, através da pauta descrita, que o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo estaria diante da expectativa de mais conquistas pelas mulheres, por meio de

reivindicações que era, há muito, conhecidas pelo movimento. Abria-se o reconhecimento da discriminação das mulheres, e mais, faziam-se propostas para enfrentá-la. Elizabeth Souza Lobo, do grupo Sexualidade e Política e militante do PT, em entrevista ao jornal Mulherio, manifestou-se no sentido de que a importância do Conselho se atribui a uma conquista geral das mulheres à medida que deixam de ser objeto de políticas de caridade, passando a ser sujeitos, agentes da própria história (Idem, Ibidem, p. 120). Não obstante tenham ocorrido ganhos, o Conselho enfrentou adversidades desde sua criação como a privação de recursos financeiros, o desconhecimento da máquina partidária e a inexperiência das mulheres em atuar na burocracia estatal e, assim, impondo grandes dificuldades e esforços para as integrantes (BLAY, 1987, p. 44).

Em agosto de 1985, outro conselho foi criado, agora com abrangência nacional, resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas-Já em 1983. A Lei n° 7.353 deu origem ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em razão da iniciativa de um grupo composto por 40 mulheres que procuraram Tancredo Neves, quando este ainda era candidato, ocasião em que houve um comprometimento da instauração de um órgão estatal que visasse cuidar dos direitos da mulher. A morte do presidente eleito não obstaculizou a concretização da promessa, que foi cumprida pelo vice-presidente José Sarney. O CNDM se configurou como um órgão de deliberação coletiva do Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira concedida pelo Decreto n° 91.696/85, cuja finalidade estava na promoção, em âmbito nacional, de políticas que visassem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, assim como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do país (BRASIL, 2015, p. 1).

O período de existência do CNDM durou de 1985 a 1989. Ainda que em tempo relativamente curto, "(...) tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo" (PINTO, 2003, p. 72). A grande aventura do conselho foi, contudo, sua intervenção junto à Assembléia Nacional Constituinte, quando organizou os vários movimentos de mulheres, principalmente feministas, unindo-os à bancada feminina para a inserção da mulher como sujeito de direito, afinal, seu slogan propagado à época já dizia que Constituinte para valer deveria abranger os direitos da mulher, sob pena de ficar pela metade.

A formação de grupos autônomos organizados, firmados, sobretudo, em torno de duas temáticas específicas: violência e saúde; representou uma nova forma de atuação, o

feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais (ONGs). A primeira temática, principalmente alojada no âmbito doméstico, foi alvo de discordância entre as teorias feministas, em razão da própria pluralidade prática e teórica de estruturação do feminismo, como um movimento heterogêneo. A definição dos conceitos de sexo e gênero configurou um dos principais conflitos de interpretação entre as teorias feministas. Assim, as posições preponderantes nesse debate, não obstante compartilhem a ideia de que a distinção sexual compreenda uma das formas primárias de expressão do poder, não compactuam um modelo de identidade feminina (essencialista, universal, estático e a-histórico) que sirva como pré-condição da luta feminista, diversidade esta que se perpetua na compreensão da violência doméstica e intrafamiliar "(...) como resultado do entrecruzamento de diversos fatores discriminatórios tais como gênero, raça, classe, idade, religião, sexualidade, entre outros" (RABENHORST, 2012, p. 28).

Sob o enfoque da violência formava-se o SOS Mulher, primeiramente em São Paulo, em outubro de 1980, fundado por integrantes de diversos grupos feministas e, em seguida, se alastrando por todo o país. Essa violência inseria-se na categoria de gênero, pode ser concebida sob o caráter estrutural, uma vez que decorrente das divisões constitutivas da ordem social, assim inseridas em uma ótica de consubstancialidade[2] das relações sociais. Em pouco tempo se firmou como uma entidade conhecida e respeitada em virtude de sua ação efetiva contra a violência dirigida às mulheres.

> "Desde quando o SOS começou a funcionar, o telefone 813.9520 não parou de tocar e de trazer para dentro da modesta sala alugada em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, as várias formas de violência contra as mulheres. Violências que acabam dando tons dramáticos aos plantões noturnos (de segunda a sexta, entre 19 e 22 horas) e diurnos (às terças e quintas à tarde) muito procurado por mulheres que vão até lá enquanto seus maridos espancadores estão no trabalho" (MULHERIO, 1981, p. 3).

O serviço prestado não tinha caráter assistencialista, mas visava denunciar sistematicamente a violência contra as mulheres, buscando caminhos para reduzi-la e, assim, lutando para que cessasse a impunidade dos agressores, além de conscientizar sobre a

[2] Kergoat (2010, p. 93) utiliza o termo, emprestado da teologia, em sua acepção trivial para designar uma unidade de substância. Assim, a autora afirma que uma análise sob a perspectiva da consubstancialidade das relações sociais permite o surgimento de uma nova abordagem: "(...) de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não será — unificador. Mas ele não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade. Nenhuma relação social e primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundarias" (KERGOAT, 2010, p. 99).Acrescenta ao pensamento um exemplo de mulheres pertencente a uma rede de hotelaria que ao enfrentarem conflitos, se colocam como mulheres, trabalhadoras e negras, logo fazendo reivindicações globais e não separadas. Essa forma de luta permite um alcance universal, pois que envolve seus pleitos particulares e de todos aos que possam interessar.

gravidade do problema. Pinto (2003, p. 81), contudo, faz uma ressalva a esse tipo de atuação das feministas, apontando uma insatisfação das mesmas quanto aos resultados obtidos, pois a vítima geralmente não possuía as mesmas ideologias do movimento; eram mulheres pertencentes às camadas populares e com pouca escolaridade, que não queriam mudar a sociedade nem ser militantes, mas tão somente sair daquelas situações de hostilidade. Essa realidade provocou uma organização profissional, dando origem ao feminismo de prestação de serviços, com a disponibilidade de profissionais da saúde e da área jurídica.

A partir de 1985, a questão da violência contra a mulher adquiriu outros rumos, em São Paulo, no dia 6 de agosto é criada a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Inicialmente, funcionou no prédio do Departamento das Delegacias Regionais da Grande São Paulo (DEGRAN), no Parque Dom Pedro, com um contingente de pessoal no total de oito investigadoras, três escrivãs, três carcereiras e uma escrivã; sendo composta por um Departamento Jurídico e um Plantão Social, além de duas viaturas (MULHERIO, 1985, p. 3; PINTO, 2003, p. 82).

> "No primeiro mês, dos 482 B.O.s registrados, 40 por cento são de crimes de espancamento, 30 por cento de ameaça, 20 por cento de natureza sexual e 10 por cento, outros crimes. Foram 195 casos de agressão, 158 de ameaça, 54 desinteligências, 27 estupros, 22 seduções" (MULHERIO, 1985, p. 3).

O que esses números dizem? Poderiam ser apenas números, porque a violência de gênero é invisível, não sendo sentida como tal, todavia eles representam muito mais, uma publicidade da violência que as mulheres sofrem cotidianamente, que como uma "(...) violência simbólica é exercitada principalmente através das representações culturais e da linguagem", uma vez que "(...) o gênero é uma representação; a representação do gênero é sua construção; e a construção do gênero é um processo social contínuo e disseminado através de práticas sociais" (RABENHORST, 2012, p. 29). Por conseguinte, a linguagem designa poder, não produzindo violência, uma vez que ela própria a constitui (Idem, Ibidem, p. 29).

Ao contrário do que se poderia pensar, as DDMs não solucionaram esse problema, o que não significa que não se tenha avançado. Segundo Pinto (2003, p. 82), a mulher "(...) se tornou conhecida como vítima, daí ter direito ao tratamento dado pelos órgãos públicos as demais vítimas". Antes prevalecia aquele velho ditado popular de que em briga de marido e mulher não se mete a colher; agora, o problema elevou-se à esfera pública. Todavia, igualmente como na experiência narrada com os SOS Mulher, as mulheres que buscavam as delegacias não almejavam mais que uma solução momentânea para seus problemas; o que elas desejavam do órgão policial era que o agressor fosse chamado e se comprometesse a

mudar, ou ao menos não reincidir no crime, em poucos casos as queixas eram mantidas pelas vítimas.

Finalmente, completando essa vertente de profissionalização do feminismo, o segundo tema que se tornou central a partir da década de 1980 foi a saúde da mulher. Cuidados com a maternidade e prevenção do câncer compuseram a linha tradicional de preocupação das feministas que, além desses, encontraram campo fértil nos assuntos polêmicos de planejamento familiar, sexualidade e aborto. A atuação ocorreu em dois níveis: "(...) na criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher e na implantação do programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, em 1983" (Idem, Ibidem, p. 84). Este último representou uma "(...) das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas" (Idem, Ibidem, p. 84).

5 CONCLUSÃO

Ao concluir este artigo nota-se que a terceira onda de democratização aportou no Brasil juntamente com o feminismo de segunda geração, o que não só trouxe a expectativa da democracia como uma realidade, como a possibilidade de criação de um Estado mais equitativo em relação ao gênero.

A pluralidade e heterogeneidade como marcas características dos feminismos no país não ofuscaram certa predileção pela prática do feminismo igualitário nas suas duas vertentes, tanto liberal como marxistas. Os assuntos de maior preocupação estiveram relacionados a fatores socioeconômicos e culturais, ao mesmo tempo em que se pleiteavam direitos assistenciais; o tratamento jurídico e social das mulheres se tornou uma preocupação. Não se buscava apenas a inclusão das mulheres, mas também que fosse realizada de modo a tornar a relação entre os sexos mais equânime, afinal a grande barreira que os separavam era o gênero, uma categoria social instituída em um corpo sexuado.

Finalmente, o estudo caminhou no sentido de demonstrar a capacidade de persistência das mulheres, que não se amedrontaram ante a masculização da esfera pública, ao revés, se uniram em prol de reivindicações opositivas ao regime e em inconformidade a condição inerentemente feminina, inserindo-se, em definitivo, no âmbito público, de modo que obtiveram conquistas inéditas. Embora muito se tenha ganhado, ainda há muito por vir, sobretudo, no que tange a superação da sexualização do direito, aos estereótipos de gênero e ao próprio patriarcado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. **História de uma década quase perdida:** PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança do regime político: o caso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.** [online], n.17, pp. 11-31, 2001.

BALDEZ, Lisa. Women's Movements and Democratic Transition Chile, Brazil, East Germany and Poland. **Comparative Polits**. Vol 35, n.3, p.251-272, 2003.

BERMEO, Nancy. Democracy and the Lessons of Dictatorship. **Comparative Politics**, v. 24, n. 3, p. 273-292, 1992.

BLAY, Eva A. O visível e o limite dos movimentos sociais na construção da prática pública. In: MENICUCCI DE OLIVEIRA, Eleonora. (Org.) **Mulheres:** da domesticidade à cidadania. Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Águas de São Pedro-SP, ANPOCS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Regimento Interno. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96895-88.pdf. Acesso em 15 jan 2015.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DURHAM, Eunice R. Movimentos Sociais, a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n.10, p.24-31, 1984.

HUNTINGTON, Samuel. **The Third Wave:** Democratization in the Late Twentieth Century. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, vol. 86, p.93-103, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In:_ ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Orgs.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MULHERIO. São Paulo: Núcleo de Comunicações Mulherio, n.3, Ano I, set./out. 1981.

MULHERIO. São Paulo: Núcleo de Comunicações Mulherio, n. 13, Ano III, maio/jun. 1983.

MULHERIO. São Paulo: Núcleo de Comunicações Mulherio, n. 22, Ano V, jul./ago./set. 1985.

MULHERIO. São Paulo: Núcleo de Comunicações Mulherio, n. 32, Ano VII, set. 1987.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 7, março. 1978.

O'DONNELL, Guillermo. Transição Democrática e Políticas Sociais. **Rev. Adm. Pública**, vol.21, n.4, p.9-16, 1987.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phelippe C. **Transições do Regime Autoritário:** Primeiras Coleções. São Paulo: Vértice, Editoria Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Armando Albuquerque de. **(Des)Controle Civil sobre os militares no Brasil: um estudo comparado (1945-1964/1985-2009)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, vol.26, n.52, p.249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRZERWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. **Novos Estudos Cebrap**, n.9, p.36-46, 1984.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. As teorias feministas do direito e a violência de gênero. **R. EMERJ**, v.15, n.57 (Edição Especial), p.20-32, 2012.

SADER, Emir (Org.). **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v.12, n.264, p.35-50, 2004.

_____. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago, p.1-12, 1998

SCHMINK, Marianne. Women in the Brazilian 'Abertura' Politics. **Signs**, v.7, n.1, p.115-133, 1981.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: GODIINHO, Tatau (org.). **Mulher e política – gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

VALENZUELA, J. Samuel. **Democratic Consolidation in Post-Transitional Settings**: Notion. Process, and Facilitating Conditions. Working Paper #150 – December 1990.

VITERNA, Jocelyn; FALLON, Kathleen M. Democratization, Women's Movements, and Gender-Equitable States: A Framework for Comparison. **American Sociological Review**. Vol 73, p.668-689, 2008.

VITULLO, Gabriel E. Transitologia, Consolidologia e Democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, n.17, p.53-60, 2001.